

PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS ELETRÓNICOS DE SEGURANÇA INSTALADOS EM EQUIPAMENTOS SOB GESTÃO MUNICIPAL

PROGRAMA

Proc. nº 435/DCP/2025

ÍNDICE

1.	Objeto do procedimento.....	3
2.	Entidade pública adjudicante	3
3.	Fundamento da escolha do procedimento	3
4.	Disponibilização das peças do processo.....	3
5.	Adjudicação por lotes.....	3
6.	Modo e prazo de apresentação das propostas	4
7.	Documentos que instruem a proposta	4
8.	Preço ou custo anormalmente baixo	5
9.	Inadmissibilidade de propostas variantes	6
10.	Concorrentes	6
11.	Esclarecimentos e retificação das peças patentes em concurso.....	6
12.	Erros e omissões das peças do procedimento.....	7
13.	Inspeções ao local de execução da prestação de serviços.....	8
14.	Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas.....	8
15.	Retirada das Propostas.....	8
16.	Abertura das propostas	8
17.	Prazo de manutenção das propostas	8
18.	Possibilidade de recurso a ajuste direto	8
19.	Júri do procedimento.....	8
20.	Esclarecimentos e suprimento das propostas.....	9
21.	Critério de adjudicação.....	9
22.	Relatório preliminar	17
23.	Audiência Prévia.....	17
24.	Relatório Final	17
25.	Notificação de adjudicação.....	17
26.	Documentos de habilitação a apresentar pelo(s) adjudicatário(s).....	18
27.	Caução	19
28.	Aceitação da minuta de contrato.....	19
29.	Notificação da apresentação dos documentos de habilitação	19
30.	Despesas e encargos do concorrente	19
31.	Forma e celebração do contrato	19
32.	Sigilo	20
33.	Legislação Aplicável	20

1. Objeto do procedimento

O objeto do presente procedimento é a aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas eletrónicos de segurança instalados em equipamentos sob gestão municipal, com o propósito de assegurar a sua operacionalidade contínua, a otimização dos recursos, a redução de falhas e o cumprimento das normas aplicáveis.

2. Entidade pública adjudicante

2.1. A entidade adjudicante é o Município de Cascais (doravante designada por CMC ou Câmara Municipal de Cascais), sita na Praça 5 de Outubro, 9, 2754-501 Cascais, telefone nº 214825000.

2.2. O procedimento foi autorizado por decisão do Sr. Presidente da Câmara no uso de delegação de competências conferida pela Câmara Municipal de Cascais em deliberação de 21 de outubro de 2021, proposta nº 1016/2021, atendendo ao disposto no n.º 2 do art.º 29º do Dec. Lei n.º 197/99 de 08 de junho, aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do art.º 14º do Dec. Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro.

3. Fundamento da escolha do procedimento

3.1. O presente procedimento segue a forma de Concurso Público, com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia, adotado nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 20º do Código do Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, e nos termos definidos nos artigos 130.º e seguintes do mesmo diploma, em função do valor.

3.2. O presente procedimento é classificado com o CPV **51220000-0 - Serviços de instalação de equipamento para controlo.**

3.3. Podem apresentar propostas as entidades que não se encontram em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do CCP.

4. Disponibilização das peças do processo

Todas as peças do concurso estão disponíveis para consulta gratuita na plataforma eletrónica de contratação pública “**acingov**” em www.acingov.pt.

5. Adjudicação por lotes

O presente procedimento não prevê a adjudicação por lotes, por motivos técnicos e funcionais. A gestão de vários contratos por lotes em simultâneo, torna-se menos eficiente para a entidade adjudicante porque envolve mais meios materiais e humanos, de acordo com o previsto na alínea b) do nº 2 do artigo 46ºA do CCP.

6. Modo e prazo de apresentação das propostas

- 6.1.** A proposta e os documentos que a acompanham deverão ser obrigatoriamente submetidos até às 23.59 horas, do **30º dia a contar da data do envio do anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia**, diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela Câmara Municipal de Cascais, “**acingov**” em www.acingov.pt;
- 6.2.** O prazo limite para a apresentação das propostas será sempre o que constar na plataforma eletrónica mencionada no número anterior.
- 6.3.** Qualquer proposta, ou documento, entregue, ou recebida, após a data e hora fixadas em **6.1**, não será tida em consideração.
- 6.4.** Todos os documentos que constituem a proposta devem ser assinados e submetidos na plataforma eletrónica indicada em **6.1**, com recurso a assinatura eletrónica qualificada nos termos do artigo 54º da Lei nº 96/2015 de 17 de agosto.
- 6.5.** Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

7. Documentos que instruem a proposta

- 7.1.** A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
- 7.2.** Cada proposta deve ser instruída com os seguintes documentos:
- a) **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, previsto no artigo 59.º da Diretiva 2014/24/EU do Parlamento Europeu e do conselho, de 26 de fevereiro.

O DEUCP deve ser preferencialmente fornecido em formato eletrónico e assinado com recurso a uma assinatura eletrónica do operador económico ou de legal representante com poderes para o representar.

Recomenda-se, para efeitos de preenchimento deste formulário a prévia leitura da circular informativa n.º 01/IMPIC/2016, bem como, o documento de ajuda (FAQ) em anexo à mesma, em <http://www.impic.pt/pt-pt/noticias/circular-informativa-no-01impic2016>.
 - b) Documento que contenha os atributos da proposta que **deverá ser redigido obrigatoriamente de acordo com o “modelo de indicação do preço contratual” constante do ficheiro “Anexo II”**;
 - c) Documento que contenha o preço proposto para os materiais, deslocações e para o técnico, que **deverá ser redigido obrigatoriamente de acordo com ficheiro “Anexo A”**;
 - d) Relação dos técnicos a afetar à prestação de serviços, que deve incluir a identificação dos técnicos responsáveis, dos elementos da equipa técnica e respetivas especialidades, por tipo de serviço, tendo em conta as qualificações mínimas exigidas nas cláusulas técnicas do caderno de encargos;

- e) *Curriculum vitae* dos técnicos responsáveis, com indicação expressa das instalações (morada, cliente), onde a experiência profissional foi adquirida;
- f) Declaração de autorização, explícita e específica quanto à sua finalidade e quanto ao tipo de dados, de cedência de dados pessoais para efeitos do presente procedimento, devidamente assinada, dos titulares dos currículos mencionados na alínea d), conforme modelo em anexo (Declaração RGPD);
- g) **Caso exista lugar a subcontratação**, Declaração de cedência de dados pessoais do subcontratado, conforme modelo em anexo (Declaração RGPD);
- h) Documento que contenha os seguintes elementos:
 - i) Condições de pagamento tendo em conta o disposto nas cláusulas 14ª e 15ª do caderno de encargos. (Não serão aceites prazos de pagamento inferiores ao indicado na cláusula 14ª ou que contrariem a cláusula 15ª. Na falta de indicação das condições de pagamento consideram-se as constantes no caderno de encargos.

7.3. A proposta deve ainda ser instruída com a **Certidão Permanente de Registo Comercial** (só para pessoas coletivas) ou indicação do respetivo código de acesso;

7.4. Os concorrentes devem preencher o formulário principal na plataforma eletrónica, previsto na alínea b) do nº 1 do artigo 66º da Lei nº 96/2015 de 17 de agosto.

7.5. A declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, referida em **7.2.** Erro! A origem da referência não foi encontrada., deve observar o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

7.6. Na declaração com indicação do preço contratual, referida em **7.2.b)**, o concorrente deve cumprir o disposto no artigo 60.º do CCP.

7.7. Os valores constantes da declaração com indicação do preço contratual referida em **7.2.b)**, apenas poderão conter duas casas decimais.

7.8. Todos os documentos da proposta têm de ser redigidos em língua portuguesa. Porém, quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada ou tradução não legalizada mas acompanhada de declaração do concorrente, nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

7.9. Sem prejuízo do acima exposto, integram também a proposta quaisquer outros documentos que os concorrentes apresentem por os considerarem indispensáveis, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP.

7.10. Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deve ser previamente requerida pelos concorrentes, nos termos do artigo 66.º do CCP.

8. Preço ou custo anormalmente baixo

Neste procedimento não é definido o preço ou custo anormalmente baixo.

9. Inadmissibilidade de propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes, nos termos do artigo 59.º do CCP.

10. Concorrentes

- 10.1.** É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participe no concurso de formação de um contrato, mediante a apresentação de uma proposta.
- 10.2.** Ao concurso podem apresentar-se agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
- 10.3.** A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas são solidariamente responsáveis, perante a CMC, pela manutenção da sua proposta, com as legais consequências. Qualquer alteração na composição do agrupamento tem que ser autorizada previamente pela CMC, sob pena de exclusão, em qualquer fase do procedimento.
- 10.4.** Todas as pessoas singulares ou coletivas constituintes do agrupamento têm de apresentar os documentos de habilitação referidos no ponto 24 que lhes sejam aplicáveis, de acordo com o disposto no artigo 6º da Portaria nº 372/2017 de 14 de dezembro.
- 10.5.** Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser simultaneamente concorrentes no presente concurso, nem integrar outro agrupamento concorrente.
- 10.6.** No caso da adjudicação ser feita a um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, estas associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo de responsabilidade solidária ou outra legalmente admissível, devendo, até à data da assinatura do contrato, apresentar os seguintes documentos: cópia do contrato de constituição, procuração outorgada por todos os membros do agrupamento ao seu líder com poderes para este proceder à faturação de todos os trabalhos executados, receber quaisquer quantias ao abrigo do contrato dando a respetiva quitação, bem como poderes para receber todas as notificações e comunicações da CMC ou seu representante respeitantes ao contrato celebrado. Deve indicar-se a percentagem de participação de cada um dos elementos do agrupamento e a identificação do respetivo líder.

11. Esclarecimentos e retificação das peças patenteadas em concurso

- 11.1.** A prestação dos esclarecimentos à boa compreensão das peças é da competência do júri, nomeado para dirigir o procedimento, no uso de delegação de competências do órgão competente, conferida ao abrigo do n.º 2 do artigo 69.º e do n.º 1 do artigo 109.º do CCP.
- 11.2.** Os interessados podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas. Os pedidos deverão ser, reduzidos à forma escrita e submetidos ao júri através da plataforma

eletrónica de contratação pública Acingov em www.acingov.pt, nos termos do n.º 1 do artigo 50.º do CCP.

11.3. Os referidos esclarecimentos serão prestados pelo júri do concurso, na plataforma mencionada no número anterior, até ao termo do segundo terço fixado para a apresentação de propostas.

11.4. Os esclarecimentos e as retificações mencionados nos números anteriores fazem parte integrante das peças do presente procedimento.

12. Erros e omissões das peças do procedimento

12.1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por eles detetados e que digam respeito a:

- a) Aspectos e/ou a dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
- b) Espécie ou a quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou ainda
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o concorrente não considere exequíveis.

12.2. Excetua-se do disposto em **12.1.** os eventuais erros e omissões que os interessados, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudessem detetar na fase de execução do contrato.

12.3. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados devem ser juntas às peças patenteadas em concurso e proceder-se-á à notificação das mesmas a todos os interessados.

12.4. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou até ao prazo fixado no convite ou no programa do procedimento, o órgão competente deve pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

12.5. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação dos erros e omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos no prazo referido no número anterior ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo nesse caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP;

12.6. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.

12.7. A decisão prevista no número anterior deve ser junta às peças patenteadas em concurso e disponibilizados na plataforma eletrónica e junto às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados imediatamente notificados da mesma.

12.8. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

13. Inspeções ao local de execução da prestação de serviços

Não aplicável

14. Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas

- 14.1.** Quando as retificações, os esclarecimentos e as listas de erros e omissões previstos no número **12.** sejam comunicadas para além do prazo estabelecido em **12.3**, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
- 14.2.** Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento referidos no número anterior, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até a comunicação das retificações ou à publicação da decisão da aceitação de erros ou de omissões.
- 14.3.** O prazo fixado em **6.1.** deste programa pode, a pedido de qualquer interessado, e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogado por período adequado.
- 14.4.** A prorrogação prevista no número anterior aproveita a todos os interessados.

15. Retirada das Propostas

Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, nos termos do disposto no artigo 137.º do CCP.

16. Abertura das propostas

No dia útil imediatamente subsequente ao termo do prazo fixado no número **6.1**, será disponibilizada na plataforma eletrónica a lista das propostas recebidas.

17. Prazo de manutenção das propostas

- 17.1.** Os concorrentes são obrigados a manter todas e quaisquer condições das respetivas propostas, pelo prazo de 90 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a respetiva apresentação.
- 17.2.** O prazo de manutenção das propostas considera-se prorrogado por igual período se os concorrentes nada requererem em contrário.

18. Possibilidade de recurso a ajuste direto

Caso nenhum concorrente apresente proposta ou caso todas as propostas sejam excluídas e não sendo o Caderno de Encargos substancialmente alterado, poderá a Câmara Municipal adotar o procedimento de ajuste direto, ao abrigo do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP.

19. Júri do procedimento

- 19.1.** As propostas são analisadas pelo júri do procedimento, a designar para o efeito, de acordo com o disposto no artigo 67.º do CCP.
- 19.2.** O júri do procedimento pode socorrer-se de peritos ou consultores, para a emissão de pareceres em áreas especializadas, nos termos do n.º 6 do artigo 68.º do CCP.
- 19.3.** O júri do procedimento elabora um relatório preliminar de avaliação das propostas fundamentado sobre o mérito das propostas avaliadas, ordenando-as por ordem decrescente, de acordo com metodologia de avaliação fixada para o efeito.
- 19.4.** No relatório preliminar, o júri do procedimento deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas, nos termos do artigo 146.º do CCP.

20. Esclarecimentos e suprimento das propostas

- 20.1.** O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e avaliação das mesmas.
- 20.2.** Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes sobre as respetivas propostas fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
- 20.3.** O júri pode solicitar aos concorrentes para que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, designadamente:
- a) A não apresentação ou a incorreta apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, incluindo as declarações dos anexos i e v ao Código dos Contratos Públicos ou o Documento Europeu Único de Contratação Pública;
 - b) A não junção de tradução em língua portuguesa de documentos apresentados em língua estrangeira;
 - c) A falta ou insuficiência da assinatura, incluindo a assinatura eletrónica, de quaisquer documentos que constituam a candidatura ou a proposta, as quais podem ser supridas através da junção de declaração de ratificação devidamente assinada e limitada aos documentos já submetidos.
- 20.4.** O júri pode proceder à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
- 20.5.** Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados na plataforma referida em **6.1** e notificados dos mesmos, todos os concorrentes.

21. Critério de adjudicação

21.1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade multifator densificado pelos seguintes fatores por ordem decrescente de importância e com a seguinte ponderação:

- a) Preço 60%);
- b) Qualidade Técnica da Proposta 40%);

21.2. A pontuação a atribuir ao concorrente será a resultante da seguinte fórmula:

$$CF = (VP \times 0,60) + (QTP \times 0,40)$$

Onde:

- CF – Classificação final;
- VP – Classificação do Valor da Proposta;
- QTP – Classificação da Qualidade Técnica da Proposta.

21.3. Valor da Proposta (VP)

21.3.1. Componentes do Preço Contratual

O preço contratual está dividido em duas parcelas, a saber:

a) Manutenção Preventiva

- Esta parcela refere-se à prestação de serviços de manutenção preventiva (incluindo deslocações e mão de obra) para a execução das tarefas previstas no Anexo III.
- Não poderá ultrapassar o preço base mensal de 8.500,00 € (oito mil e quinhentos euros), correspondendo a um preço base anual de 102.000,00 € (cento e dois mil euros).
- O preço base global para o período de vigência do contrato, que se estende por três (3) anos, perfaz o montante de 306.000,00 € (trezentos e seis mil euros).
- A cada um dos valores acima designados, acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor.

b) Manutenção Corretiva

- Destinada à execução de intervenções corretivas (que funcionam como “bolsa”), esta parcela tem um montante máximo global de 114.000,00 € (cento e catorze mil euros) para o período de 36 meses, acrescido de IVA (valor não submetido à concorrência).

• Este valor inclui:

- Fornecimento e substituição de equipamentos e peças, de acordo com as quantidades e tipos de materiais indicados no Anexo A;

- Deslocações;

- Valor/hora dos serviços prestados (assistência técnica).

• A liquidação ocorrerá com base nos serviços efetivamente prestados e/ou nos bens fornecidos, mediante solicitação prévia e aceitação por parte da entidade adjudicante, em conformidade com os preços unitários constantes da proposta adjudicada.

Nota: Os preços constantes da proposta adjudicada não serão objeto de atualização.

21.3.2. A pontuação a atribuir no **fator Valor da Proposta (VP)** será resultante da seguinte fórmula:

$$VP = (CMP \times 0,50) + (CMC \times 0,30) + (CSPU \times 0,20)$$

Classificação da manutenção preventiva (CMP) – 50%

A classificação para a manutenção preventiva será calculada mediante:

$$CMP = (PBMP - PPM) / PBMP \times 100$$

Onde:

CMP – classificação da manutenção preventiva

PBMP - preço base mensal da manutenção preventiva;

PPMP – preço proposto para a manutenção preventiva (preço mensal).

Classificação da manutenção corretiva (CMC) – 30%

A avaliação da manutenção corretiva considerará o valor proposto para deslocação e o valor/hora da assistência técnica, sendo definida pela fórmula:

$$CMC = (D \times 0,20) + (H \times 0,80)$$

Onde:

D – É a classificação relativa aos custos de deslocação

H – É a classificação relativa ao valor/hora proposto (dias úteis, horas extraordinárias, sábados, domingos e feriados)

Em que, Preços base:

Deslocação	PREÇO BASE
Preço base deslocação em hora Normal (1)	30,00€
Preço base deslocação em hora extraordinária (2)	45,00€
Preço base deslocação para sábados, domingos e feriados	60,00€

Inclui o total de encargos na deslocação, entre a sede do adjudicatário e qualquer instalação da entidade adjudicante no Concelho de Cascais

TÉCNICO	PREÇO/HORA
Preço base por hora Normal (a)	32,00€ (1)
Preço base por hora extraordinária (b)	41,50€ (2)
Preço base por hora para sábados, domingos e feriados (c)	64,00€

(a) (b) (c)-O preço hora é contabilizado como tempo de trabalho na instalação da entidade adjudicante

(1) Considera-se “hora normal” o período compreendido entre as 08:00h e as 17:00h nos dias úteis.

(2) Considera-se “hora extraordinária” o período compreendido entre as 17:01h e as 07:59h nos dias úteis.

a) Fator “Deslocação” (D):

Este fator será calculado conforme:

$$D = (D1 \times 0,50) + (D2 \times 0,30) + (D3 \times 0,20)$$

D1: subfactor deslocação para hora normal (dias úteis, das 8h às 17h)

$$D1 = (PBDHN - PPDHN) / PBDHN \times 100$$

D2: subfactor deslocação para hora extraordinária (dias uteis, das 17h01 às 7h59)

$$D2 = (PBDHE - PPDHE) / PBDHE \times 100$$

D3: subfactor deslocação para sábados, domingos e feriados

$$D3 = (PBDHSDF - PPDHSDF) / PBDHSDF \times 100$$

Onde:

- **PBDHN, PBDHE, PBDHSDF** são, respetivamente, os preços base para deslocação em hora normal, hora extraordinária e para sábados, domingos e feriados indicados no anexo A do caderno de encargos;
- **PPDHN, PPDHE, PPDHSDF** são os preços propostos correspondentes.

b) Fator "valor/hora" (H):

O fator H será determinado pela fórmula:

$$H = (H1 \times 0,50) + (H2 \times 0,30) + (H3 \times 0,20)$$

Onde:

H1: preço/hora normal (dias úteis, das 8h às 17h)

$$H1 = (PBHN - PPHN) / PBHN \times 100$$

H2: preço/hora extraordinária (dias uteis, das 17h01 às 7h59)

$$H2 = (PBHE - PPHE) / PBHE \times 100$$

H3: preço/hora para sábados, domingos e feriados

$$H3 = (PBHSDF - PPHSDF) / PBHSDF \times 100$$

Onde:

- **PBHN, PBHE, PBHSDF** são, respetivamente, os preços base para hora normal, hora extraordinária e para sábados, domingos e feriados, respetivamente;
- **PPHN, PPHE, PPHSDF** são os preços propostos correspondentes.

3.3. Classificação do somatório dos preços unitários (CSPU) – 20%

Será calculada com base na fórmula:

$$CSPU = (PBSPU - PPSPU) / PBSPU \times 100$$

Onde:

- **PBSPU** é o preço base do somatório dos preços unitários para os materiais indicados no anexo A do caderno de encargos (€23.000,00);
- **PPSPU** é o somatório dos preços unitários propostos.

21.3.3. A pontuação a atribuir ao fator Qualidade técnica da proposta (QTP) será resultante da seguinte fórmula:

A avaliação da qualidade técnica da proposta será feita com base nos seguintes subfactores:

Subfactores	Peso
Avaliação da equipa técnica (AET)	50%
Disponibilidade do serviço de piquete (DSP)	30%
Cumprimento dos tempos de resposta (TR)	20%

Avaliação da equipa técnica (AET) – 50%

A avaliação da equipa técnica considerará a qualificação e a composição da equipa a ser disponibilizada para o contrato, englobando:

- Técnicos responsáveis (PT)

Nº técnicos	pontuação
4 ou mais técnicos	5 pontos
3 técnicos	3 pontos
2 técnicos	1 ponto

- Engenheiros afetos ao projeto (PEE)

Nº engenheiros	Pontuação
2 ou mais engenheiros eletrotécnicos	5 pontos
1 engenheiro eletrotécnico	3 pontos
1 engenheiro eletromecânico	1 ponto

A pontuação final para este subfactor (PFAET) será dada por:

$$\text{PFAET} = \text{PT} + \text{PEE}$$

Disponibilidade do serviço de piquete (DSP) – 30%

Os piquetes devem ser compostos por profissionais habilitados para intervenção imediata em caso de necessidade. A pontuação será atribuída da seguinte forma:

Disponibilidade do piquete	pontuação
Piquete disponível 24h/dia, 7 dias/semana	5 pontos
Piquete disponível 16h/dia, 7 dias/semana	3 pontos
Piquete disponível menos de 16h/dia – dias úteis	1 ponto

A pontuação final para este subfactor (PFDSP) será calculada tendo em conta a pontuação da tabela que antecede.

Cumprimento dos tempos de resposta (CTR) – 20%

A avaliação dos prazos de resposta para os diferentes tipos de avarias será realizada conforme as seguintes tabelas:

- **Tempo de resposta para manutenção de emergência (TRME)**

Tempo de resposta (TRME)	Pontuação
≤ 1 hora	5 pontos
≤ 2 horas	3 pontos

- **Tempo de resposta para manutenção de urgência (TRMU)**

Tempo de resposta (TRMU)	Pontuação
>2horas e ≤ 3 horas	5 pontos
>3horas e <6 horas	4 pontos
≥ 6 horas e ≤ 12 horas	1 ponto

- **Tempo de resposta para manutenção corretiva não urgente (TRMNU)**

Tempo de resposta (TRMNU)	pontuação
< 2 dias	5 pontos
≥ 2 dias e <3 dias	4 pontos
≥ 3 dias	1 ponto

A pontuação final do cumprimento do tempo de resposta (PFCTR) será a soma dos pontos obtidos em cada categoria:

$PFCTR = (TRME + TRMU + TRMNU)$

Onde:

PFCTR – pontuação final no cumprimento do tempo de resposta

TRME- pontuação para tempo de resposta a emergências

TRMU - pontuação para tempo de resposta a urgências

TRMNU - pontuação para tempo de resposta a não urgências

A pontuação final do fator qualidade técnica da proposta (QTP) será obtida pela seguinte fórmula:

$$QTP = (PFAET \times 0,50) + (PFDSP \times 0,30) + (PFCTR \times 0,20)$$

Onde:

QTP – Pontuação final da qualidade técnica

PFAET- Pontuação final da avaliação da equipa técnica

PFDSP - Pontuação final da disponibilidade do serviço de piquete

PFCTR- Pontuação final cumprimento tempo de resposta

5. Cálculo da classificação final

A classificação final (CF) da proposta será determinada pela seguinte fórmula:

$$CF = (VP \times 0,60) + (QTP \times 0,40)$$

- 21.4.** Os resultados obtidos para todos os fatores e subfactores, serão arredondados simetricamente, à quarta casa decimal e será classificado de um a cem pontos, obtendo a melhor classificação a proposta com pontuação mais elevada;
- 21.5.** A Pontuação Global será arredondada, simetricamente, à quarta casa decimal e será classificada de um a cem pontos, obtendo a melhor classificação a proposta com pontuação mais elevada.
- 21.6.** Em caso de empate das propostas apresentadas, serão as propostas ordenadas de acordo com os seguintes critérios de desempate:
- 1º Maior Pontuação na qualidade técnica da proposta (QTP)
 - 2º Maior Pontuação na avaliação da equipa técnica (AET)
 - 3º Maior disponibilidade do serviço de piquete (DSP)
 - 4º Menor tempo de resposta nos níveis de serviço (ANS)

21.7. Por fim e se ainda assim permanecer o empate, será efetuado sorteio entre as propostas empatadas pelo sistema de “bolas”, após convocatória enviada aos concorrentes empatados, com indicação do local, data e hora a determinar pelo júri do procedimento.

22. Relatório preliminar

Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação constante do programa do procedimento, o Júri elabora, fundamentadamente, um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas, bem como, a exclusão das propostas cuja análise revele alguma ou algumas das situações previstas nos números 2 e 3 do artigo 146.º do CCP.

23. Audiência Prévia

Elaborado o relatório preliminar pelo júri do procedimento, todos os concorrentes são notificados para, no prazo de 5 (cinco) dias após a notificação, se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia, previsto no artigo 147º do CCP.

24. Relatório Final

24.1. Cumprido o disposto no número anterior, o júri do procedimento elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

24.2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri do concurso procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 148.º do CCP.

25. Notificação de adjudicação

25.1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de análise das propostas e disponibilizada ao adjudicatário a minuta de contrato.

25.2. Notificado da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve:

- a) Submeter pelo meio indicado no número **6.1**, os documentos de habilitação conforme exigido no número **26** deste programa de concurso;
- b) Quando aplicável submeter pelo meio indicado no número **6.1**, a caução conforme exigido no número **27** do presente programa de concurso.
- c) Quando aplicável aceitar a minuta de contrato nos termos do número **28** deste programa de concurso.

26. Documentos de habilitação a apresentar pelo(s) adjudicatário(s)

26.1. No prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da adjudicação, o(s) adjudicatário(s) deve(m) apresentar os seguintes documentos de habilitação, conforme exigido no nº 1 do artigo 81º do CCP:

A. Declaração conforme modelo constante do “**anexo III**” a este programa de concurso que, conforme o nº 2 da declaração, deverá incluir como anexos os seguintes documentos:

- i.** Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista nas alíneas b) e h) do artigo 55º do CCP; **(registo criminal da entidade adjudicatária bem como de todos os titulares, que deve ter como finalidade “contratação pública (Código dos Contratos Públicos)”)**
- ii.** **Documento comprovativo** passado pela Repartição de Finanças ou documento comprovativo de autorização de consulta **de se encontrar em situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português**, ou ao estado de que seja nacional;
- iii.** **Documento comprovativo** emitido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social ou documento comprovativo de autorização de consulta **de se encontrar em situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social** em Portugal ou no estado de que seja nacional.

B. Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) – Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto.

26.2. Ao adjudicatário será concedido um prazo de 2 dias para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação, nos termos do CCP.

26.3. O órgão competente para a decisão de contratar pode solicitar ao adjudicatário a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução do fornecimento objeto do contrato a celebrar.

26.4. Para efeitos da comprovação das habilitações referidas no número anterior, o adjudicatário, para além dos documentos, pode socorrer-se das habilitações de subcontratados, mediante apresentação de declaração através do qual se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes.

26.5. No caso de o adjudicatário não ter sede e direção efetiva em Portugal, para além dos documentos referidos no ponto **26.1**, deve também apresentar o respetivo comprovativo de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.

26.6. No caso de o adjudicatário não ter sede e direção efetiva em Portugal, mas for nacional de estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio pode ainda apresentar, em substituição dos documentos de habilitação, uma declaração sob compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade

judiciária ou administrativa ou qualquer outra competente, de que pode executar a prestação objeto do contrato a celebrar no Estado de que é nacional de acordo com as regras nele aplicáveis, conforme previsto no n.º 4 do artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

26.7. A apresentação dos documentos de habilitação pode ser substituída por indicação do endereço Internet onde aqueles possam ser consultados, bem como da informação necessária à respetiva consulta nos casos previstos no n.º 2 do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

26.8. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário têm de ser redigidos em língua portuguesa. Porém, quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

26.9. O modo de apresentação dos documentos de habilitação deve estar de acordo com o previsto no artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

27. Caução

Não será exigida a prestação de caução nos termos do nº2 do artigo 88º do CCP.

28. Aceitação da minuta de contrato

28.1. Nos casos em que o contrato a celebrar obedece à forma escrita o adjudicatário será notificado desse facto e disponibilizada pelo meio referido no número **6.1**, a minuta do contrato devidamente aprovada pela entidade competente.

28.2. A minuta do contrato considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa nesse sentido ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

29. Notificação da apresentação dos documentos de habilitação

29.1. São notificados, em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.

29.2. Os documentos de habilitação são disponibilizados na plataforma referida no número **6.1** no processo de concurso para consulta de todos os concorrentes.

30. Despesas e encargos do concorrente

Sem prejuízo do disposto no caderno de encargos relativamente a outros encargos do adjudicatário, são da conta deste último as despesas e encargos inerentes à elaboração e apresentação da proposta, à celebração do contrato e, bem assim, os encargos de natureza fiscal, designadamente, as despesas derivadas da prestação da caução e os resultantes dos emolumentos pelo visto do tribunal de contas, se a este houver lugar.

31. Forma e celebração do contrato

31.1. Quando aplicável, o contrato será reduzido a escrito em suporte informático, com a aposição de assinaturas eletrónicas nos termos do n.º 1 do artigo 94º do CCP.

- 31.2.** O contrato deverá ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data de aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de o adjudicatário apresentar os documentos de habilitação, ou comprovar a prestação da caução se esta for exigida, ou antes de decorridos 10 (dez) dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação.
- 31.3.** Será comunicado ao adjudicatário o prazo para a outorga e remessa do contrato que, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 104.º do CCP, será de 5 (cinco) dias;
- 31.4.** Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 105.º do CCP, a adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo dos 5 (cinco) dias – ora mencionado no número anterior - perdendo a caução que tenha sido prestada, sendo assim adjudicada a proposta ordenada em lugar subsequente.
- 31.5.** Se, por algum motivo, se verificar a indisponibilidade dos meios eletrónicos, prevalece a obrigatoriedade de assinatura presencial do contrato, caso em que se deverá atender ao disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 104.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 105.º, ambos do CCP, e demais artigos que lhe sejam aplicáveis;
- 31.6.** Pode o adjudicatário desvincular-se da proposta, caso a Câmara Municipal de Cascais não celebre o contrato no prazo fixado, por motivo que lhe seja imputável, liberando-se a caução que haja sido prestada, sem prejuízo do direito a ser indemnizado por todas as despesas e demais encargos em que comprovadamente incorreu com a elaboração da proposta e com a prestação da caução, podendo, em alternativa, exigir judicialmente a celebração do contrato.

32. Sigilo

Os concorrentes obrigam-se a garantir o sigilo, quer por si ou seus trabalhadores, quer por seus contratados, quanto a informações, documentos ou dados que venham a ter conhecimento ou acesso no âmbito do presente concurso ou subsequentes procedimentos, mantendo-se tal obrigação mesmo após o seu termo ou dos procedimentos subsequentes.

33. Legislação Aplicável

Em tudo o omissa no presente programa de concurso observar-se-á o regime previsto no Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Dec. Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro na atual redação.